



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Barcarena -PA, 09 de outubro de 2020.

PARECER JURÍDICO EM RECURSO ADMINISTRATIVO – PREGÃO 025/2020

Referência: Pregão Eletrônico nº 9-025/2020;
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás medicinal oxigênio (engarrafado), cilindros e kit oxigenoterapia, a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
RECORRENTE: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.
RECORRIDO: J. SOUZA & S. LUZ COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, processado sob o nº 9-025/2020, que tem por objeto Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás medicinal oxigênio (engarrafado), cilindros e kit oxigenoterapia, a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

Em suas razões de recurso, a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA na insatisfação de sua inabilitação, requer seja retificado a decisão da pregoeira no ITEM 2, afirmando haver as irregularidades:

- a) Atestado de capacidade técnica com quantitativos inferiores aos 20% exigidos no edital;
- b) Apresentada indevidamente autorização de funcionamento (AFE) de uma revenda (terceiro) contemplando apenas o envase e deixando de lado a AFE de fabricantes;
- c) Contrato social exige que um socio só pode assumir obrigações com a autorização do outro socio, no entanto, não foi vislumbrada a procuração nos autos.

Jose Quintino de C. Leão Júnior
Procurador Geral do Município
GPMB
09/10/2020



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Por outro lado, a empresa recorrida J SOUSA & S LUZ COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA, argumenta que não há de proceder as alegações da recorrente, com suas devidas justificativas, pleiteando a manutenção da decisão da pregoeira.

Este é o sucinto relatório.

II. DAS PRELIMINARES/TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

Aos autos, verificou-se que tanto o recurso administrativo e contrarrazões são tempestivos, verificado o prazo de seus protocolos, tudo em observância nas disposições legais esculpidas na Lei nº 8.666/1993 c/c Lei nº 10.520/02.

Deste modo, não há que se falar em intempestividade das peças apresentadas, pelo que, então, passaremos à análise do mérito trazido à lume pela empresa recorrente.

III. ANÁLISE DA RAZÃO DE RECURSO:

A presente trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, processado sob o nº 9-025/2020, que tem por objeto Registro de preços para eventual e futura aquisição de gás medicinal oxigênio (engarrafado), cilindros e kit oxigenoterapia, a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos.

E, em razões de recurso, a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA na insatisfação de sua inabilitação, requer seja retificado a decisão da pregoeira no ITEM 2, afirmando haver as irregularidades: **a)** atestado de capacidade técnica com quantitativos inferiores aos 20% exigidos no edital; **b)** apresentada indevidamente autorização de funcionamento (AFE) de uma revenda (terceiro) contemplando apenas o envase e deixando de lado a AFE de fabricantes; **c)** contrato social exige que um sócio só pode assumir obrigações com a autorização do outro sócio, no entanto, não foi vislumbrada a procuração nos autos.

Ledo engano tal entendimento da empresa recorrente, quanto ao seu pedido da letra **a)**, pois basta apenas observar que no primeiro item já comprovam o quantitativo superior a 40% dos itens vencidos pela recorrida (itens 02, 05, 06,



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

07 e 09), bem mais do que exigido em edital; portanto improcede tal argumentação e pedido.

E, mais, também não procede a alegação e pedido da letra **b)**, pois a recorrida apresentou sim o contrato a autorização de funcionamento (AFE) de uma revenda (terceiro) sendo a empresa GÁS NOBRE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE GASES EIRELI) contemplando o envase e a apresentação AFE de fabricantes, bastando apenas fazer consulta pública (a disposição de todos) no site da Anvisa e publicação no Diário Oficial também de informação pública, a disposição de todos para sua verificação e confirmação.

E, mais, ainda, também não procede a alegação e pedido da letra **c)**, pois a recorrida apresentou sim o contrato, estando no mesmo arquivo, juntos com a liberação da ANVISA da empresa; e ainda, esclarece que no Pregão Eletrônico não há obrigatoriedade de apresentação de procuração, pois todos os procedimentos são através de logim e certificado digital da empresa, substituindo assim a procuração mencionada, por estar ali já representado.

Portanto, conseqüentemente, em obediência ao Princípio da Legalidade, Princípio da Isonomia e Princípio da Vinculação ao Edital c/c a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, não há de proceder o pedido da empresa recorrente, pela total desobediência legal.

III. DA DECISÃO

Por fim, conforme fundamento acima, em resposta ao recurso apresentado pela empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA, em obediência ao Princípio da Legalidade, Princípio da Isonomia e Princípio da Vinculação ao Edital c/c a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 - recomendamos sua total improcedência – pela desobediência aos termos do edital e legislação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO NO. 9-025/2020.

Derradeiramente, anoto que está o presente processo condicionado a análise, apreciação e aprovação da autoridade superior.

É o parecer, smj.

JOSE QUINTINO DE CASTRO LEÃO JUNIOR
Procurador Geral do Município de Barcarena (PA)

Decreto no. 061/2017-GPMB

José Quintino de C. Leão Junior
Procurador Geral do Município
Decreto Nº 0061/2017 - GPMB